ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E MEIO AMBIENTE, PARA DISCUTIR O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PEIXE-PB, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2022.

Às quatorze horas do dia trinta e um do mês de março de dois mil e vinte e dois, em Plenário remoto, realizou-se Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente, com o intuito de Discutir a Construção de Aterro Sanitário no Município de São João do Rio do Peixe-PB, sob a presidência do Deputado Jeová Campos e estando presentes, de forma virtual, os citados no corpo da presente Ata. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano”, o presidente da Audiência Pública declarou abertos os trabalhos, fez um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19. Em seguida a deputada Cida Ramos, secretariando os trabalhos, realizou a leitura do Expediente em mesa. Logo em sequência o deputado Jeová Campos expôs algumas de suas inquietações e convidou a falar o Dr. Marcelo Bezerra Dantas, Advogado. Com a palavra fez as saudações de praxe, ressaltou a importância da presente Audiência, informou sobre a surpresa de instalação da empresa de aterro sanitário, pois a comunidade não foi informada de nada, disse que as autorizações fornecidas por parte da SUDEMA não observaram todos os critérios que deveriam ter sido vislumbrados, instante em que pontuou sobre diversas

falhas na análise para instalação da empresa, tais como plantações e reservatórios de água. Em seguida falou o Dr. Wagner Breckenfeld. Com a palavra fez os cumprimentos de praxe e levantou alguns pontos que considerou desfavoráveis sobre a instalação do empreendimento, tais como falta de licitação e alvará. Logo depois, falou o Prefeito Luiz Claudino. Com a palavra saudou a todos, disse que o assunto é bastante delicado visto a situação do lixo, esclareceu pontos referentes à construção, informou que não conhece os empresários que querem instalar a empresa e declarou que é importante que haja nova análise pelos órgãos competentes. Dando continuidade, o senhor Itaberaba Junior, Superintendente da Sudema, cumprimentou a todos e deu explicações da análise que a Sudema faz sobre a resolução dessa problemática dos resíduos sólidos naquele município. Falou sobre as inovações que serão essas Unidades de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos da Paraíba e salientou que essa unidade não é um aterro sanitário e sim uma unidade de gerenciamento e explicou que a principal diferença é que, nas unidades os resíduos são tratados de forma responsável e de forma a ter menos impacto ambiental. Citou o esforço dos órgãos competentes para consolidar essas questões junto aos municípios que sofrem com a disposição irregular de lixões e com o equivocado pensamento de que se deve mandar os resíduos para aterros sanitários. Afirmou que a Sudema esteve sempre à disposição para ouvir as demandas dos municípios e, a pedido da deputada Cida Ramos, apresentou dados de alguns dos estudos feitos pelo órgão. Explanou sobre as vistorias realizadas na área e falou sobre o funcionamento das células de destarte do rejeito. O deputado Jeová Campos questionou se o senhor Itaberaba Junior participou das vistorias, o qual teve resposta positiva, e perguntou se no momento das vistorias o Superintendente da Sudema chegou a conversar com os moradores da localidade. Em resposta, o senhor Itaberaba Junior falou que não conversou, pois, as residências não estavam nos limites da Unidade e, portanto, não houve a necessidade. Em seguida, o deputado arguiu ao Superintendente da Sudema se ele concordaria com o empreendimento se morasse naquela localidade, o qual respondeu mais uma vez positivamente. O deputado Jeová Campos falou ainda sobre o impedimento citado e questionou por que foi liberada a licença. A resposta do senhor Itaberaba Junior se deu afirmando que tinha havido uma descaracterização do barramento que era o motivo do impedimento. Mais

uma vez o deputado perguntou se esse empreendimento servirá apenas a São João do Rio do Peixe ou se atenderá a outros municípios. O senhor Itaberaba Junior disse, então, que o projeto em questão é da iniciativa privada, visa atender até 20 mil moradores urbanos e que, portanto, não é possível responder com exatidão ao questionamento. O deputado então explicou que há um Projeto de Lei, apresentado por vereadores do referido município, que veda que esse empreendimento trate lixo de outros municípios. Ato contínuo o deputado passou a palavra para o senhor Marcelo Bezerra Dantas. Com a palavra o senhor Marcelo Bezerra perguntou ao expositor sobre os terrenos adquiridos e sobre o barramento artificial na propriedade original. O Superintendente respondeu positivamente à pergunta e explicou sobre os processos de vistoria. O próximo a realizar questionamento, o senhor Wagner indagou se, no caso de uma AGS, era permitido sem licitação; se é permitido o Consorcio; e se esse açude que foi descaracterizado e que atendia tantas famílias, inclusive com o abastecimento de poços artesianos, foi totalmente esvaziado. O senhor Itaberaba Junior respondeu que acredita que o município não pode fazer licitação pública num projeto que ainda não foi concluído. Em seguida, o senhor Luiz Formiga proferiu que a Sudema "brinca" com os municípios ao negligenciar o plano estadual para os aterros sanitários, que estabelece como primeiro item o estudo de seleção de área e indagou ao representante onde está esse estudo. O senhor Luiz Formiga também estranhou a informação de que não há moradores na área, quando ele próprio sabe que há agricultores e pescadores morando no local, além da falta de informação para a população. O inquirido disse que o estudo da área é feito durante a análise do processo e que só há necessidade de apresentação de três áreas quando o projeto é passível de estudo sobre impacto ambiental, afirmou que o empreendedor pode apresentar a área e a Sudema analisa apenas o local apresentado. Quanto à comunicação da população, a Sudema não tem essa obrigação se não for um projeto de impacto ambiental. O deputado Jeová Campos passou então a palavra para o senhor Marco Vidal. Com a palavra, o senhor Marco Vidal saudou os presentes e iniciou sua fala afirmando ter ligação afetiva com a Bacia do Rio do Peixe, que é rica em diversos aspectos. Proferiu que algumas das normas apresentadas pelo expositor são ilegais, na medida que se opõem a lei maior que rege esse assunto, a Política Nacional do Meio Ambiente.

Afirmou que essas normas desvirtuam o papel dessa legislação. Apontou também que o atual Governador passou oito anos na Secretaria de Meio Ambiente, ligada à Sudema, mas até hoje não houve concurso público para esse órgão. Lembrou que a maioria dos técnicos de carreira estão aposentados e que a Sudema agora trabalha com comissionados e bolsistas ocorrendo ainda que o laudo foi assinado por engenheiro bolsista e não por agente do sistema como pede a lei. Articulou que a barragem citada é importante nascente da Bacia do Rio do Peixe e que o técnico colocou apenas imagens da época das secas, mas em épocas chuvosas é possível ver os planos de captação das nascentes do Rio do Peixe e o potencial freático dessa área, afirmando que a Sudema está ignorando esses aspectos e dando licenciamentos de baixa qualidade técnica. Finalizou lembrando que outra política importante no país é a das Áreas Prioritárias Para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira e a área em questão é importante para a conservação da biodiversidade e que deveríamos estar cuidando e recuperando essa área. O deputado Jeová Campos informou que há mais de 50 pessoas assistindo esta Audiência e que há filhos do Balsamo entre eles. Pediu a seguir, para que o Senhor Luiz Formiga embargue definitivamente esse projeto que não é local para aterro pela importância social e ambiental do espaço. A deputada Cida Ramos assumiu a presidência dessa Audiência Pública. Assumindo a Presidência dos trabalhos, a Deputada Cida Ramos explanou que solicitou à SUDEMA uma cópia do estudo a respeito do devido aterro sanitário, porém informou que ainda não recebeu, pediu também para o Sr. Prefeito do Município em epígrafe para fazer o embargo da obra, com o objetivo de se realizar melhores estudos, ouvir outros técnicos da área e realizar mais audiências públicas para debater o tema. O Deputado Jeová Campos, informou que solicitou a assessoria para que oficializasse à SUDEMA de modo a fornecer, no prazo de quarenta e oito horas, todo o processo com os devidos documentos e laudos técnicos para a referida Comissão Permanente. Em seguida, o Sr. Prefeito Luiz Claudino, informou que já embargou a obra, assim como determinou que o retorno só deverá ser feito mediante parecer jurídico de algum órgão competente da área. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Fabiana, representando o MPE, onde após os cumprimentos de praxe, relatou que já existe um inquérito civil público na Promotoria de Justiça, procedimento instaurado há pouco tempo, onde a

Promotoria informou que segue em andamento normal e cumprindo prazos, explanou que ainda existem alguns municípios que contrariam a política nacional de resíduos sólidos, as quais extinguem os antigos aterros sanitários, explicou que o papel dos gestores é de prover o devido destino correto ambiental dos resíduos, além da própria fiscalização do cumprimento da lei. Dando seguimento, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Natalyane, representando a OAB de Cajazeiras, onde após os cumprimentos de praxe, comentou que se torna necessário uma melhor fiscalização ambiental na questão do descarte de resíduos sólidos, citou a importância de manter o meio ambiente saudável e de forma sustentável, citou o papel fiscalizador da OAB, informou que estará à disposição para a devida participação nesse sentido. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. César Nóbrega, onde após os cumprimentos de praxe, citou as qualidades do solo e bacias hídricas do município, lamentou as atuais políticas existentes, as quais degradam o meio ambiente, explanou que a natureza tem recebido agressões graves pela humanidade, comentou que existem locais que jogam resíduos não tratados no Rio do Peixe, explicou que se torna necessário ouvir a população local, pois reforçou que nenhum técnico consegue conhecer melhor a área do que os próprios moradores do município e defendeu a mudança de comportamento das pessoas em função da defesa da biodiversidade da região. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Vescijudith Fernandes, representando a Comissão de Direito Ambiental da OAB – PB, onde após os cumprimentos de praxe, defendeu a participação da população em defesa do meio ambiente, principalmente numa questão de aterro sanitário o qual, explicou, afeta diretamente o povo do município, além dos recursos hídricos. Explanou que as mudanças climáticas também estão afetando a questão ambiental, reforçou a importância do debate e participação da população nas decisões do seu município. Salientou que, mesmo que seja uma obra privada, se torna necessária a devida fiscalização para que se cumpra toda a legislação pertinente e não prejudique a população juntamente com o meio ambiente. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Luís Formiga, onde após os cumprimentos de praxe, relatou que ao ter acesso ao processo em questão, concluiu que houve equívocos com relação às informações passadas a respeito da área da construção do aterro, reforçou que seria preciso um melhor estudo, não só

do local escolhido, mas sim de outros possíveis locais de escolha para que não haja mais equívocos idênticos, sendo assim, salientou o devido respeito e importância da preservação do meio ambiente. Dando seguimento, a Sra. Presidente explanou que nenhuma empresa, mesmo que privada, possui o direito de se apropriar de maneira indevida de uma área pública de uma determinada cidade, explicou que os municípios possuem sua soberania, além do devido respeito com a população local, a qual reforçou a importância da participação das pessoas moradoras para as decisões desta magnitude. Sugeriu melhores estudos e debates, salientou que seria hora de ouvir mais técnicos da área para debater o tema. Agradeceu a presença de todos, elogiou o debate e, não havendo mais a acrescentar, declarou encerrada a presente Audiência Pública. Lavrando a presente Ata os redatores Simone Patrícia B. de Macedo, Iayna Alves Rabay e Frederico Bezerra dos Santos, Assistentes Legislativos, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões Virtuais, João Pessoa – PB, 31 de março de 2022.